

Sete motivos pelos quais precisamos de justiça fiscal para promoção dos direitos das mulheres

Por meio da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), [líderes globais](#) se comprometeram, com um futuro melhor até 2030. O propósito é que todas as desigualdades sejam enfrentadas; todas as formas de violência contra as mulheres e meninas sejam eliminadas; e os trabalhos não remunerados de cuidados e domésticos sejam reconhecidos e valorizados, por meio da garantia de direitos e serviços públicos acessíveis e de qualidade.

Mas tais metas só serão alcançadas se tivermos um financiamento adequado, por meio de um sistema tributário justo. A política fiscal é uma das ferramentas mais poderosas que temos para reduzir as desigualdades entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, dentro de um país e entre países.



Os tributos que pagamos de variadas formas são a fonte mais sustentável de receitas que um governo pode ter. Eles bancam a maioria dos serviços públicos dos quais as sociedades dependem, especialmente as mulheres. É por isso que defendemos a justiça fiscal com arrecadação e [alocação orçamentárias sensíveis a gênero](#). Outros elementos, como a questão racial e diversidade étnica devem ser consideradas ao se pensar em justiça fiscal, uma vez que para o alcance dos direitos humanos é necessário que os orçamentos sejam não discriminatórios.

No entanto, ainda estamos longe de alcançar essa desejada justiça fiscal. Grandes empresas promovem evasão fiscal e ganham isenções fiscais que, somadas, custam bilhões de dólares por ano aos países em desenvolvimento. Só no Brasil, a [evasão fiscal chegou a R\\$ 500 bilhões e os gastos tributários a R\\$ 270 bilhões em 2016](#).

Quando os serviços públicos deixam de receber um financiamento adequado, e quando os impostos não são arrecadados e alocados de forma justa, são as mulheres que pagam o preço mais alto. E entre as mulheres, são [as negras que arcam com a carga mais pesada](#), uma vez que são elas que pagam proporcionalmente mais impostos que os demais segmentos sociais no Brasil, conforme estudo do Inesc.

#JustiçaFiscal ocorre quando os tributos são arrecadados e aplicados de forma justa, progressiva, proporcional e com equidade.

As mulheres precisam de #JustiçaFiscal porque...

1. #JustiçaFiscal melhora os níveis de educação

A educação é um direito fundamental para todas as crianças e poderoso instrumento para redução das desigualdades. As estimativas são de que se todas as mulheres completassem o ensino primário, haveria uma [diminuição de 2/3 das mortes maternas bem como uma redução de 15% da mortalidade infantil](#).

Um sistema tributário progressivo acompanhado de despesas redistributivas podem gerar receitas significativas para o País. Por exemplo, o Equador [triplicou sua despesa com educação](#)

passando de U\$ 225 milhões em 2003-2006 para US \$ 941 milhões em 2007-2010 por meio de políticas eficazes de mobilização de arrecadação tributária.

[A educação financiada e provida com recursos públicos tem maior potencial de transformação](#), ao contrário da educação privada, que pode piorar a mobilidade social e minar o potencial de redução das desigualdades advindas da educação.

2. #JustiçaFiscal reduz a carga sobre as mulheres em decorrência dos trabalhos e cuidados não remunerados

O trabalho não remunerado de mulheres subsidia o crescimento econômico. Estima-se que se o tempo que as mulheres gastam realizando cuidados não remunerados e trabalho doméstico fosse monetarizado, equivaleria a [U\\$ 10 trilhões por ano](#), em torno de 13% do PIB mundial.

Quando os Estados não dispõem de receitas suficientes para prestar serviços públicos essenciais, é frequente que sejam as [mulheres que preenchem essa lacuna](#), dedicando importante parte do seu tempo, corpo e vida às atividades que o Estado deveria executar ou suprir. As [mulheres gastam 2,5 vezes mais tempo realizando trabalho doméstico e cuidados com os familiares dos que os homens](#). É sobre elas que recai o peso dessas atribuições, limitando suas possibilidades de realizar outras atividades essenciais para a vida como, educação e formação, trabalho remunerado, descanso e lazer, entre outras. Da mesma forma, à medida que mais mulheres entram no mundo do trabalho sem o devido apoio de serviços públicos essenciais, como creches, escolas públicas ou asilos, [o peso do cuidado não remunerado recai sobre outras mulheres](#) membros da família. O que reforça o círculo vicioso da exclusão de gênero.

O Estado não é o único corresponsável, os homens também têm a responsabilidade de cuidar de seus filhos, casa e parentes tanto quanto as mulheres. Mas os serviços públicos financiados por tributos, especialmente creches, são medidas eficazes para a efetiva realização dos direitos das mulheres ao trabalho decente, à educação, à participação política e ao descanso. Globalmente, [uma em cada duas crianças está matriculada em uma creche](#). Muitos países têm dedicado fundos públicos para o cuidado da primeira infância, mas [o financiamento ainda é muito limitado](#) para cobrir as necessidades existentes.

3. #JustiçaFiscal possibilita o acesso das mulheres a serviços de saúde que salvam vidas

A gravidez e o parto aumentam a necessidade de cuidados de saúde para salvar vidas, assim como a natureza endêmica da violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. Todos os dias, mulheres de todo o mundo morrem em decorrência de complicações da gravidez e do parto. Muitas dessas complicações são facilmente preveníveis com políticas públicas adequadas. Quase todas as mortes maternas ocorrem em locais com poucos recursos e a maioria poderia ser evitada. Os países africanos com receitas fiscais extremamente baixas sofrem com as [maiores taxas de mortalidade materna](#).

No Brasil, há ainda o problema do racismo institucional na rede pública de saúde: de acordo com a [Secretária de Política para Mulheres](#), de 2000 pra 2012 as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos; entre mulheres negras aumentou de 190 para 202.

4. #JustiçaFiscal reduz a violência contra mulheres

Globalmente, [um terço das mulheres e meninas sofre violência](#), sendo que pouco menos da metade das mulheres que são assassinadas são mortas por [parceiros ou membros da família](#).

As mulheres que vivem em situação de pobreza nos países em desenvolvimento são as que estão mais expostas à violência sexual nas ruas. O transporte público, em particular, é um grande desafio. Nas cidades brasileiras, dois terços das mulheres dizem ter medo de se deslocar sozinhas, seja a pé ou por meio de transporte público. É relatado que [em São Paulo](#), uma mulher é assaltada em um espaço público a cada 15 segundos; o quadro se agrava quando essas mulheres são pobres, negras, lésbicas ou trans.

As políticas públicas elaboradas com a participação das mulheres podem melhorar a sua segurança em espaços públicos e privados, oferecendo serviços como delegacia da mulher, abrigos, melhor policiamento, banheiros públicos seguros, iluminação pública, entre outros.

Combater a violência contra a mulher não é tarefa fácil, pois o patriarcalismo e o sexismo reinantes inviabilizam a efetiva realização dos direitos da mulher. Faltam recursos e políticas apropriadamente desenhadas para promover a igualdade entre mulheres e homens. Esse é o caso no Brasil: em apenas em um ano, entre 2016 e 2017, o programa “Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia” tem previsão de corte orçamentário de 52%, o equivalente a R\$ 5,5 milhões, conforme dados do [Siga Brasil](#) e análise do [INESC](#). É esse Programa que deveria garantir, por exemplo, o atendimento as mulheres em situação de violência.

Os [governos devem investir](#) em serviços públicos financiados por impostos para cumprir seus compromissos internacionais e nacionais em eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as meninas. Devem ainda [apoiar organizações de direitos das mulheres](#) que estão cronicamente subfinanciadas e que cumprem papel central na promoção da igualdade de gênero em todas as partes do mundo.

5. Quando as multinacionais e os muito ricos não pagam seus tributos devidos, dói mais nas mulheres.

Globalmente, [9 dos 10 maiores bilionários são homens brancos](#). Transferir e redistribuir a riqueza por meio da tributação tem o [potencial de enfrentar a discriminação sistêmica](#) baseada em gênero, raça/cor, idade, orientação sexual, deficiências e situação socioeconômica.

Os países de baixa renda arrecadam cerca de [2/3 de suas receitas tributárias por meio de impostos indiretos](#), como tributos sobre o consumo e serviços, que são regressivos e penalizam proporcionalmente mais os pobres. Nos países de rendimento elevado, estes impostos desempenham papel muito menor, representando, em média, 1/3 da arrecadação tributária. Os impostos indiretos não possuem o poder redistributivo que os impostos sobre a renda têm e, conseqüentemente, penalizam desproporcionalmente as mulheres mais pobres.

Quando os países não arrecadam de forma progressiva o imposto de renda, não tributam a renda decorrente de lucros e dividendos, favorecem as grandes corporações por meio de benefícios fiscais sem monitoramento do retorno social, ou “fecham os olhos” à elisão e evasão fiscal: a absoluta maioria desses recursos que deixam de ser arrecadados pelo Estado é acumulada por homens.

Os paraísos fiscais que desempenham papel central nesta drenagem de recursos públicos também abrigam fluxos financeiros ilícitos resultantes do [tráfico de mulheres](#). Como nosso sistema financeiro continua a oferecer oportunidades para esconder e lavar dinheiro produto do crime, e majoritariamente são os homens brancos os arquitetos desse sistema, são as mulheres e as meninas que acabam pagando o mais alto preço dessa arquitetura.

6. #JustiçaFiscal garante o acesso à água limpa que mantém as mulheres mais seguras e constrói sua emancipação econômica

A água é reconhecida como um direito humano básico, todos os cidadãos devem ter acesso a ela em quantidades adequadas. Assim, as regiões que experimentam escassez aguda de água ou má distribuição devem realizar investimentos em programas que melhorem o acesso à água e, entre outras medidas, reduzam a distância média até um ponto de água.

Onde não há serviços públicos que viabilizem a obtenção de água, as mulheres e as meninas carregam o fardo de ter que buscar água para as suas casas, tornando-as vulneráveis à violência, sobrecarregando sua saúde e mantendo-as longe das oportunidades de educação, de trabalhos remunerados, de atividades políticas e de lazer, entre outras.

No Brasil, apesar dos avanços na última década com políticas públicas de construção de cisternas em áreas rurais, especialmente no Nordeste, [o problema de abastecimento de água tem se tornado crítico nos grandes centros urbanos](#), onde as populações periféricas, onde estão as mulheres e meninas negras, sofrem mais com os racionamentos e a falta de saneamento básico. O acesso à água pública é vital para a autonomia econômica das mulheres.

7. #JustiçaFiscal oferece proteção social para mulheres

As políticas públicas de promoção e de proteção social contribuem para a realização dos direitos das mulheres. No Brasil, até recentemente, a cobertura do Sistema Nacional de Assistência Social era universal e até bem capilarizada e estruturada (CRAS, CREAS, com especificidades para indígenas, quilombolas, pop rua e pop LGBTI).

Entretanto, as políticas de austeridade, de corte de gastos, como as adotadas no momento no Brasil, quase sempre afetam essas políticas, penalizando ainda mais as mulheres. O caminho para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltado para a igualdade de gênero ainda é longo: segundo a ONU Mulheres cerca de 90% dos Planos Nacionais de Ação para a Igualdade de Gênero que analisaram não contam com previsão de financiamento necessária.

Versão traduzida e adaptada pelo INESC

Texto original elaborado pela Global Alliance for Tax Justice (Aliança Global por Justiça Tributária) e disponível em: <http://bit.ly/2IMfjC1>

Arte: Favianna Rodriguez